	numanos,	assegurando	Denericios	econômicos	aos empre	gados.
				-0		
	10				3-1	
DESPACHO:_	APENSE-S	E AO PROJETO	DE LEI Nº	4.580, DE 19	990.	
AO ABOU	TVO				MARGO	0.4
AO ARQU	IVO		е	mde	MARÇO	de 19_91
		DIS	STRIBUIÇÂ	ĬO.		
		DI	STRIBOTON			
Ao Sr					, em	19
O Presidente	da Comissão	de				
Ao Sr					, em	19
O Presidente	da Comissão	de				
Ao Sr					, em	19
O Presidente	da Comissão	de		_		
Ao Sr					, em	19
O Presidente	da Comissão	de				
Ao Sr		)			, em	19_
O Presidente	da Comissão	de				
Ao Sr					, em	19
O Presidente	da Comissão	de				
Ao Sr					, em	19_
O Presidente	da Comissão	de				
Ao Sr					, em	19_
O Presidente	da Comissão	de				

PROJETO N.o.

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 70, DE 1991

(DA SRª ROSE DE FREITAS)



Estimula as empresas a investirem na pesquisa e aperfei çoamento dos recursos humanos, assegurando benefícios e conômicos aos empregados.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 4.580, DE 1990)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 19 / 02 / 91.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº (7), DE 1991

Estimula as empresas a investirem na pesquisa e aperfeiçoamento dos recursos humanos, assegurando bene ficios econômicos aos empregados.

DA DEPUTADA ROSE DE FREITAS

#### O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

- Art.  $19 \vec{E}$  assegurado o abatimento de cinquenta por cento dos impostos de competência da União as empresas que:
  - I empreguem recursos em pesquisa com vistas ao progresso e interesse tecnológico do País;
  - II promovam o aperfeiçoamento de recursos humanos,
     com seus proprios meios;
  - III adotem sistema de remuneração que assegure ao tra balhador participação nos ganhos, desvinculada da paga salarial;
  - IV paguem salários indiretos correspondentes a mais ' de trinta por cento do pagamento mensal do emprega do.



Paragrafo Único - As empresas referidas neste artigo te rão preferência e juros subvencionados, nos emprestimos da União para fomento à produção.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentarã o parágrafo anterior no prazo de cento e vinte dias.

## JUSTIFICAÇÃO

O § 4º do Art. 218 da Constituição não adquiriu, ainda , plena eficácia, por falta de regulamentação em lei ordinária, que' estimule as empresas a investirem em pesquisa, aperfeiçoamento dos recursos humanos, assegurados benefícios econômicos aos trabalhadores, além da paga salarial.

No preenchimento dessa lacuna, consideramos que a redução do ônus tributário, além dos incentívos previstos no parágrafo único do Art. 19 - único dispositivo pendente de regulamentação — contribuirão para que se cumpra a intenção do mandamento constitu— cional, simultaneamente em benefício dos trabalhadores e do desen— volvimento tecnológico do País.





Trata-se de instrumentos legais eficazes no encorajamento  $\bar{a}$  integração econômica, pelo esforço conjunto de trabalhadores e em presarios.

Esperamos, por isso mesmo, o apoio do Plenario.

Sala das Sessões, em 19/67/91

Deputada ROSE DE FREITAS

### CAMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSOES PERMANENTES



# CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título VIII

#### DA ORDEM SOCIAL

# Capítulo IV DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação
e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, des-
vinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resul- tantes da produtividade de seu trabalho.
antes da productionado de sea trabanto.